

AL aprova por unanimidade a criação da Ceterpo

A Assembléia Legislativa aprovou ontem, por unanimidade, depois de 39 dias de exame da matéria, o projeto do governador Gérson Camata criando a Companhia de Exploração da Terceira Ponte (Ceterpo), à qual caberá gerir os recursos liberados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de 10 milhões de ORTNs, para a conclusão da obra que trará uma nova opção de acesso entre os municípios de Vitória e Vila Velha.

Os 23 deputados que votaram o projeto, ontem, às 19h30m foram unânimes em aprovar a emenda apresentada pelo presidente da Comissão de Finanças, deputado Paulo Hartung (PMDB), segundo a qual, "o pedágio arrecadado será a única e exclusiva garantia que a Ceterpo poderá utilizar para solver seus compromissos com o BNDES". A emenda fixa ainda que "a tarifa do pedágio será proposta pela Ceterpo com bases nos custos do empreendimento e dos serviços, nos termos da lei 3.464/82, e será aprovada pelo poder Executivo, com "ad referendum" da Assembléia Legislativa".

O deputado Armando Viola garantiu que "o governador sancionará a lei tal como aprovada pela Assembléia uma vez que praticamente ditou os termos da emenda", em resposta ao deputado Lúcio Merçon que garantia ter, com os 11 membros do PDS e membros do PMDB, incluindo Viola, votos para derrubar o veto caso ele venha a se concretizar". Um eventual veto necessita de 18 votos, dois terços do quórum total da Assembléia que é de 27 deputados. Somente não votaram o projeto da Ceterpo os deputados João Gama (PMDB) e Luiz Gonzaga Borges, Heraldo Musso e Pedro Leal, estes do PDS, ausentes à sessão extraordinária de ontem.

GOVERNO

O líder do PDS, deputado Jorge Daher, disse ter "concordado com a emenda formulada por Hartung, mas o que seria mais oportuno era o custeio da obra ser feito integralmente pelo governo federal, como temos defendido desde o início dos debates da matéria". O mesmo posicionamento foi assumido pelos deputados Feu Rosa, Lúcio Merçon e Hugo Borges.

Mesmo diante da apreensão de

alguns que pelo fato da Assembléia não poder legislar sobre matéria financeira, e, por consequência, dar "ad referendum" nos valores de pedágio, um veto parcial à emenda do deputado Paulo Hartung seria apostado pelo governador, esta hipótese foi descartada ontem pelo autor. O líder do governo, deputado Daílson Laranja, acredita que após a matéria baixar à Comissão de Justiça e Redação Final, será publicada oficialmente, e, depois, levada para apreciação do governador, o que poderá acontecer antes do final desta semana. As providências seguintes, segundo Hartung, seriam a instalação da Ceterpo em Assembléia Geral, escolha dos diretores, funcionários, para que o BNDES comece a alocar os recursos para andamento da obra da Terceira Ponte. Este prazo não foi previsto pelos deputados. Agora, as atenções estão todas voltadas para o chefe do Executivo a quem cabe sancionar ou não a lei em autógrafo que receberá, incluída a emenda.

O presidente da Assembléia, deputado Dílton Lyrio, conduziu a votação do projeto por artigos, no total de 13, sendo todos aprovados por unanimidade. O deputado Hartung considerou a sua emenda como sendo de "todos os deputados, porquanto por todos foi defendida" e não apenas sua. Na sessão extraordinária, que constou apenas de leitura da ata anterior e da ordem do dia, o vice-líder do PDS foi o único a encaminhar votação, mediante desistência dos demais, para acelerar a liberação da matéria.

Em sua fala Feu Rosa disse que "esta obra era para ser bancada em sua totalidade pelo governo federal, sem nenhum ônus, nem mesmo pedágio, para o capixaba. O preço da obra, hoje calculada em Cr\$ 70 bilhões, "é como alpiste em bico de peru" se comparado aos projetos realizados pela União sem outros Estados. E vemos a Açominas, que já consumiu US\$ 4 bilhões e necessita, agora, de mais um bilhão, sem previsão de término, estando suas adjacências sem qualquer infra-estrutura. Outros US\$ 4 bilhões foram gastos na interrompida ferrovia do aço. Ora, o Espírito Santo seria já, concluídas, obras como as da CST, usinas de pelotização da CVRD, o porto de Tubarão, um dos maiores complexos portuários do país, e com as gestões do senador Moacir Dalla este ônus, o do pedágio, poderá deixar de existir".

AA12541

